

Economia vê risco de tributária travar e discute flexibilização

Ministério vai avaliar proposta de setores para isentar dividendos do Simples

Fábio Pupo

BRASÍLIA Após constatar que a reforma no Imposto de Renda pode ficar travada no Congresso devido à resistência de diferentes setores, o Ministério da Economia passou a estudar novas flexibilizações na proposta analisando sugestões feitas por empresários.

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) recebeu nesta terça-feira (27) um grupo de representantes do setor de serviços, incomodados com o texto por verem aumento na carga tributária. Eles sugeriram mudanças nas regras de taxaço de dividendos e membros do ministério já se comprometeram a estudar as sugestões.

As propostas foram entregues por representantes de mais de 20 entidades — como Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), AMB (Associação Médica Brasileira), Fórum de Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e Cebrasse (Central Brasileira do Setor de Serviços).

Os representantes pedem que todas as empresas optantes do Simples Nacional passem a ter seus dividendos isentos. Além disso, mandam um corte na alíquota de dividendos para as demais empresas do chamado lucro presumido (sistema mais simples que atende cerca de 900 mil companhias).

Caso a sugestão seja aceita, a alíquota de dividendos para as optantes do lucro presumido cairia dos 20% previstos no projeto de lei para 2,5% em 2022 e 5% em 2023.

A proposta de Guedes e do relator hoje já isenta dividendos para empresas do Simples, mas apenas até um teto de R\$ 20 mil mensais distribuídos por pessoa. A partir disso, é cobrada a alíquota de 20%.

Ricardo Lacaz, tributarista e porta-voz das empresas na reunião, afirma que as regras

previstas por Guedes acabam prejudicando os empresários menores com aumento da carga tributária.

“A reforma tem uma falha estrutural muito grande. Ela se esquece de 97% dos contribuintes brasileiros, que são as pequenas e médias empresas tributadas pelo Simples e pelo lucro presumido”, afirma. Ele diz ainda que o aumento de tributação é juridicamente contestável por poder gerar conflitos com a lei do Simples, que concede benefícios tributários a essas empresas.

Emerson Casali, diretor da CBPI Produtividade Institucional (consultoria que assessoria diferentes setores ligados a serviços), afirma que é preciso manter as regras vigentes hoje para pequenas empresas porque elas representam a base do empreendedorismo.

“Boa parte vai ter uma carga adicional e um problema de burocracia, pois o empresário vai ter que colocar na contabilidade uma série de despesas que não colocava.” Na Economia, há diferentes visões sobre o tema. Enquanto uma ala sinaliza que vai analisar a proposta (e parte dos integrantes até prefere uma flexibilização mais ampla), a Receita Federal tem se mostrado mais reticente.

De qualquer forma, o próprio Guedes já deixou em aberto a possibilidade de uma flexibilização.

Na quinta-feira (22), ele disse que a faixa de isenção da taxaço de dividendos pode ser ampliada.

“Se precisar subir mais um pouquinho, sobe mais um pouco. Não quero mexer com dentista, médico, profissional liberal, não queremos atingir a classe média, nada disso”, afirmou durante evento realizado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) e pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

Sob ataque de diferentes entidades setoriais, a taxaço de dividendos é um dos

pontos de maior impacto no projeto de lei que altera o IR.

De acordo com os cálculos da Receita Federal, a tributação de 20% dos dividendos (somada ao fim da dedutibilidade dos juros sobre capital próprio) é o item que mais gera arrecadação na proposta do governo (mais de R\$ 32 bilhões anuais aos cofres públicos a partir de 2023).

Uma desidrataçao nesse ponto desequilibraria ainda mais a proposta, cujo impacto líquido nas contas públicas é negativo em quase R\$ 30 bilhões por ano.

Categorias como advogados e médicos, além de representantes da indústria e até do mercado financeiro, querem flexibilizar a proposta para contarem com isenções parciais ou integrais no uso do instrumento.

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) planeja intensificar sua articulação no Congresso para criar uma proteção aos profissionais liberais, para que os dividendos recebidos por eles continuem livres.

O Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo), vinculado ao CFM (Conselho Federal de Medicina), enviou carta pública ao Ministério da Economia e aos presidentes Rodrigo Pacheco (DEM-MG), do Senado, e Arthur Lira (PP-AL), da Câmara, contra a taxaço de dividendos.

“O Cremesp não considera nada razoável, sob qualquer ângulo econômico, um projeto que revogue a isenção de dividendos e afete diretamente as pessoas jurídicas médicas, que fazem suas retiradas, justamente, em cima dos lucros dos seus negócios”, afirma a entidade.

Também entre os investidores há pedidos de mudanças. Além da tradicional reclamação sobre a taxaço de dividendos representar uma cobrança dupla (porque tributaria recursos distribuídos a partir do lucro da empresa, já tributado), alterações mais específicas são solicitadas — como a flexibilização da cobrança em fundos de investimento.

Escola e plano de saúde podem subir, dizem entidades

Daniele Madureira

BRASÍLIA Representantes dos setores de educação, saúde e incorporação imobiliária estiveram reunidos nesta terça-feira (27) com integrantes do Ministério da Economia para discutir a reforma tributária e disseram que as mudanças propostas pelo governo podem ter um impacto no bolso do consumidor.

“Pode haver aumento do preço dos planos de saúde e das mensalidades escolares, por exemplo, para amortizar a alta da carga tributária”, diz o advogado tributarista Ricardo Lacaz, sócio do escritório Lacaz, Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados.

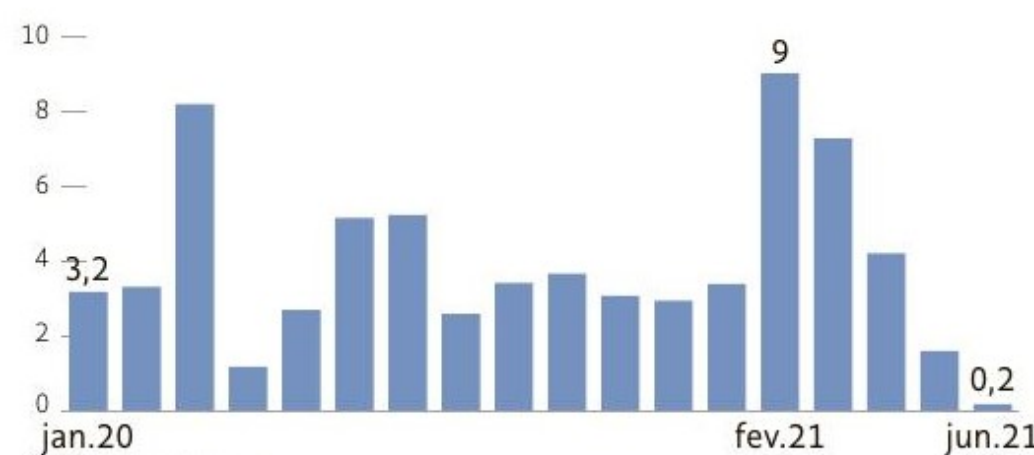
Lacaz organizou a reunião virtual de 23 entidades empresariais com o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, e com o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto.

Os empresários criticaram especialmente a cobrança de imposto sobre dividendos, atualmente isentos de tributação. Pela proposta do governo — entregue no final de junho pelo ministro da Economia, Paulo Guedes —, eles passarão a ser tributados em 20%.

Segundo o setor privado, essa cobrança pode recair sobre empresas optantes pelo Simples (que pagam alíquota de 11% a 20% sobre a receita) e pelo lucro presumido (de 6% a 15% da receita).

Investimentos diretos no Brasil

Em R\$ bilhões



Investimento direto no Brasil em junho é o menor em cinco anos

SÃO PAULO O ingresso líquido de IDP (Investimentos Diretos no País) despencou a US\$ 174 milhões em junho, o menor nível mensal em cinco anos. O resultado decorre da redução dos empréstimos feitos pelas matrizes das empresas estrangeiras a suas subsidiárias no país, segundo dados divulgados nesta terça (27) pelo Banco Central.

O resultado foi o mais baixo desde julho de 2016 (-US\$ 103 milhões) e contrasta com um fluxo positivo de investimentos diretos de US\$ 5,164 bilhões em junho de 2020.

Segundo o BC, isso se deu pelo efeito de uma saída de US\$ 2,3 bilhões das chamadas operações intercompanhia, refletindo uma queda dos desembolsos.

A conta de lucros reinvestidos no país também teve resultado negativo, com as empresas optando por remeter para sedes um volume de recursos superior ao lucro do mês.

O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, disse que os resultados foram “normais”, indicando não ver uma reversão da tendência de crescimento do IDP esperada para o ano.

A conta de viagens internacionais registrou despesas líquidas de US\$ 221 milhões no mês ante US\$ 72 milhões em junho de 2020.

Já os aportes em renda fixa, ações e fundos de investimentos tiveram um novo mês de fluxos fortes, de US\$ 5,1 bilhões, confirmando a recuperação dos ingressos, após o baque sofrido no ano passado. O número parcial de julho

já aponta uma recuperação dos ingressos, e a entrada de investimentos diretos no primeiro trimestre foi revisada para cima. Para julho, o BC estima IDP de US\$ 4,7 bilhões.

No acumulado do semestre, o ingresso de IDP supera o registrado no mesmo período de 2020, somando US\$ 25,6 bilhões, ante US\$ 23,7 bilhões.

As transações correntes do país, por sua vez, foram superavitárias em US\$ 2,791 bilhões em junho, abaixo dos US\$ 3,5 bilhões esperados por analistas segundo pesquisa da Reuters.

Em 12 meses, o país ainda acumula déficit de 1,27% do PIB em suas trocas com o exterior.

Os dados das contas externas do primeiro trimestre deste ano e de 2020 foram revisados pelo BC levando em conta informações de pesquisa feita com empresas sobre capitais brasileiros no exterior.

A revisão elevou em US\$ 3,6 bilhões o déficit em transações correntes apurado de janeiro a maio, enquanto o IDP sofreu acréscimo de US\$ 3 bilhões. Douglas Gavras



COMMONWEALTH DE MASSACHUSETTS O Tribunal de Primeira Instância Departamento de Sucessões e Vara de Família Citação por Publicação REGISTRO: SU21A0194

PROCAPE/UPE AVISOS DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PROC.203/2021-PE(SRP)133/2021- OBJ: FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. PROC.205/2021-PE(SRP)135/2021- OBJ: AQUISIÇÃO DE UNIDADES DE TRATAMENTO DE AR (FANCOILS) E CAIXAS DE VENTILAÇÃO COM INSTALAÇÃO.

POLÍCIA CIVIL GOVERNO DE SANTA CATARINA AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 0066/2021 - menor preço por Item. Objeto: Aquisição de Veículos, viaturas, para atender as necessidades da Polícia Civil de Santa Catarina.

COMUNICADO A Claro S/A comunica aos clientes do Serviço Telefônico Fixo Comutado STFC, os novos valores do Plano Básico do Serviço de Longa Distância Internacional, para as ligações originadas em Telefones Fixos e Móveis, com vigência a partir de zero hora do dia 30/07/2021, conforme tabela abaixo: